

“Olhar para o passado espreitando o futuro”: uma conversa sobre relações de orientação acadêmica

“Looking to the past while peeking at the future”:
a conversation on academic advising relationships

“Mirar al pasado mientras se atisba el futuro”: una
conversación sobre las relaciones de tutoría académica

Entrevista com



Érica Quinaglia Silva



Antropóloga e professora da Universidade de Brasília. Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas da Associação Brasileira de Antropologia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Brasília, Distrito Federal, Brasil

Conduzida por



Ivia Maksud



Cientista social e pesquisadora em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Cientista do Nosso Estado - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Bolsista CNE (Cientista Nosso Estado/FAPERJ). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Esta entrevista apresenta o diálogo entre as professoras e pesquisadoras Érica Quinaglia Silva e Ivia Maksud e discorre sobre trajetórias e relações de orientação acadêmica nos campos das Ciências Humanas e Sociais em Saúde.

Palavras-chave: Trajetórias. Orientação acadêmica. Ciências Humanas e Sociais. Saúde coletiva.

ABSTRACT

This interview presents a dialogue between professors and researchers Érica Quinaglia Silva and Ivia Maksud, discussing academic advising trajectories and relationships within the fields of Human and Social Sciences in Health.

Keywords: Trajectories. Academic advising. Human and Social Sciences. Public health.

RESUMEN

Esta entrevista presenta el diálogo entre las profesoras e investigadoras Érica Quinaglia Silva e Ivia Maksud y aborda las trayectorias y las relaciones de tutoría académica en los campos de las Ciencias Humanas y Sociales en Salud.

Palabras clave: Trayectorias. Mentoría académica. Ciencias Humanas y Sociales. Salud colectiva.

Maksud, I. (2025). “Olhar para o passado espreitando o futuro”: uma conversa sobre relações de orientação acadêmica. *Revista Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, 1(2), 183-196.

Autora de correspondência: Ivia Maksud (iviamaksud@gmail.com).



Conheci Érica de leituras e contatos virtuais, mas nossa aproximação física se deu no contexto de minha licença capacitação no Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB), supervisionada pela professora Soraya Fleischer, que intermediou nosso encontro. Assim, Érica me convidou a participar de duas aulas em sua disciplina “Saúde e Sociedade 2: o processo saúde-doença como construção social”, na Faculdade de Ciências e Tecnologias em Saúde (FCTS) da UnB. Em nosso trajeto do Plano Piloto à faculdade, localizada em Ceilândia, conversamos muito sobre nossas trajetórias e relações de orientação, e Érica aceitou conversar mais comigo posteriormente.

A entrevista propriamente dita se deu no âmbito da pesquisa “‘Discutindo a relação’: um estudo socioantropológico com orientadores e orientandos nas fronteiras das Ciências Sociais e da Saúde”, apoiada pelo programa Cientistas do Nosso Estado (CNE), da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Foi realizada no dia 15 de maio de 2025, num pequeno e gracioso café na Associação de Docentes da UnB. A entrevista original teve duração de uma hora e meia e cerca de 30 laudas transcritas. A transcrição ficou a cargo de Luís Granado, bolsista do “Projeto DR”, e posteriormente foi editada por nós duas.



Hoje vou conversar com a professora da UnB, Érica Quinaglia, a quem agradeço de antemão. Este projeto é apoiado pelo CNE/FAPERJ, sob minha coordenação e cocoordenação da professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Carla Guedes. Nosso objetivo geral é compreender as relações de orientação acadêmica no âmbito das Ciências Humanas e Sociais na sua interface com a saúde, tentando pensar a partir dos marcadores sociais de gênero, geração, classe, raça, dentre outros. O projeto tem duração de três anos. No primeiro, estamos realizando trabalho de campo com discentes e docentes. No segundo e no terceiro, com gestores e programas de acolhimento e nas redes sociais. Até então, fizemos entrevistas com discentes, e a sua entrevista será a primeira realizada com uma docente¹.

A minha história começa do encontro de José e Maria – meus pais, José Carlos e Odimary. Ambos são médicos. Sempre valorizaram o cuidado com as pessoas, o que certamente influenciou a minha forma de olhar o mundo e as minhas escolhas ao longo da vida.

O meu pai era cardiologista. A minha mãe é nefrologista. Contarei brevemente suas histórias porque elas ajudam a entender de onde venho, mas também os aprendizados que orientaram a minha forma de atuar no mundo.

O meu pai veio de uma família pobre, mas conseguiu mudar a sua realidade socioeconômica por meio dos estudos. Os meus avós, Vitória Neyde e Josué, mais conhecido como Zuza, embora semianalfabetos, vislumbraram na educação uma possibilidade de transformar as vidas de seus filhos.

Assim, o meu pai, que era de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, e que havia estudado em escolas públicas, por ser muito estudioso, conseguiu ser aprovado no vestibular de Medicina da UnB. Conhecer sua determinação e conquista me motivou profundamente,

¹ Inicialmente, foram feitas perguntas de caracterização sobre marcadores sociais, cujas perguntas e respostas foram agregadas e editadas para facilitar a leitura. Nos minutos iniciais da entrevista, conversamos sobre a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fundação Oswaldo Cruz (IFF/Fiocruz) e sobre questões éticas concernentes à participação voluntária e à confidencialidade, que envolvem o consentimento, além de outras exigências do sistema formado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e pelos comitês de ética em pesquisa, o sistema CEP/CONEP. Compreendemos que a ética em pesquisa não se limita aos protocolos requeridos por esse sistema, que ainda se vê ameaçado pela Lei nº 14.874/2024 (Brasil, 2024) e pelo Decreto nº 12.651/2025 (Brasil, 2025), que a regulamentam, legislações que representam um retrocesso na atenção aos direitos dos sujeitos de pesquisa. Entendemos que a ética vai além da técnica, permeando todas as fases da pesquisa por meio de relações construídas entre pesquisadoras/es e interlocutoras/es. O texto aqui apresentado é, aliás, um desdobramento da entrevista original, que foi editada por nós duas. Nossa edição considerou revisões póstumas das interlocutoras acerca das perguntas e respostas de forma a refletir uma construção conjunta dos dados e tornar o conteúdo mais claro e inteligível para leitura.



inspirando-me a valorizar, desde cedo, a educação como caminho de transformação pessoal e social. Essa inspiração foi decisiva para que eu escolhesse me tornar professora e buscar, por meio do ensino, criar oportunidades para outras pessoas, assim como os meus avós e o meu pai fizeram por mim.

Já a minha mãe veio de Floriano, no interior do Piauí. Fez faculdade em Teresina, na capital desse estado. Os dois se conheceram em Brasília durante suas residências médicas. Vou me ater brevemente à história dela, pois é a partir dessa experiência que compreendo como, para além da educação como valor familiar, brotou em mim o desejo de compreender as relações humanas – desejo que, mais tarde, me levou a escolher o curso de Antropologia.

Sou uma mulher branca, herdeira de uma história marcada por encontros e violências: a minha avó materna tinha ascendência africana e o meu avô materno, europeia. Sou fruto dessa junção que reflete a própria formação brasileira – construída sob o signo da colonização, da escravidão e de resistências.

Érica, como foi esse casamento interracial dos seus avós?

Essa é uma história que eu queria resgatar. Meu tio-avô Antônio, que faleceu na pandemia de covid-19, escreveu sobre as nossas origens em uma obra intitulada “Andanças”. Ao lê-la, percebi que há uma história de violência na família – não dita, mas insinuada nas entrelinhas. Intuímos que uma mulher africana e um homem europeu se cruzaram sob condições de violência e desigualdade. É dessa ferida que a minha família veio e é também essa resistência que nos conforma.

A história da minha avó com o meu avô maternos, que eu conheço, reproduz essa marca de violência de gênero, nesse caso, expressa pela traição. A minha avó, Maria Edith, conhecida como Dindinha, se casou com Odin. Em homenagem a ambos, seus dez filhos carregam “Odin” no nome, acrescido da letra “M”, do nome da mãe. A minha mãe, por exemplo, é Odimary. Apesar dessa união expressa na linguagem, na realidade, os dois se separaram após uma infidelidade dele, que mantinha uma outra família, com mais alguns filhos.

Essa ordem patriarcal atravessa, portanto, a minha história, mas também revela a potência das mulheres que me antecedem. A Dindinha, depois de se separar do Odin, sustentou sua casa, educou os filhos, cuidou de alguns irmãos e reinventou o sentido de família. A minha mãe, que se tornou médica, é parte dessa linhagem de mulheres que transformaram dor em luta e legado. É nessa herança que me reconheço: filha e neta de mulheres que abriram espaço para que outras pudessem viver em condições mais justas.



Então, vamos falar um pouco da sua trajetória acadêmica e a sua relação com os seus orientadores. Poderíamos começar resgatando a Érica como orientanda.

Você falou que esta seria sua primeira entrevista com uma docente. Toda docente foi antes uma discente.

Minha trajetória acadêmica é marcada por essa memória que descrevi. O ensino, a pesquisa e a extensão que desenvolvo como professora da UnB refletem o desejo de abrir caminhos – ou de ser mediadora – para que as vozes de pessoas e/ou grupos subalternizados possam ecoar.

Quando estudante, ingressei em Direito na UnB. Naquele momento, o Direito representava uma conquista pessoal e profissional que coroava anos de dedicação aos estudos. Nesse curso, percebi, no entanto, como eu reproduzia conhecimento sem questionar o que era hierarquicamente transmitido.

Assim, decidi mudar de curso, mas não sem antes entregar um trabalho de uma disciplina no qual eu comparava o nosso sistema educacional e o próprio curso de Direito com o processo kafkiano, que nos molda e aprisiona.

No meu percurso, a escolha por seguir na Antropologia foi uma insurgência contra esse modo de aprendizado passivo e reprodutor de conhecimento que ainda mantemos nas escolas e em alguns cursos nas universidades. A Antropologia significava para mim um caminho para refletir sobre o mundo, e não apenas absorvê-lo de modo inerte.

Mas, mesmo nesse curso, percebi como os meus orientadores foram figuras que ainda reproduziram aquele modelo: na graduação, no mestrado e no doutorado fui orientada por figuras masculinas (mesmo que no mestrado a minha orientadora tenha sido uma mulher, ela assume esse papel masculino) que reforçaram uma docilidade que marcou minha formação acadêmica e, de certo modo, atravessou minhas relações sociais, profissionais e pessoais. Isso se refletiu, por exemplo, no meu trabalho, mais especificamente nos meus textos, que teimaram em permanecer na voz passiva, de modo a me manter escondida sob uma capa de imparcialidade e/ou neutralidade.

Os encontros, em diferentes circunstâncias, com três mulheres marcaram um deslocamento no meu modo de estar no mundo e de produzir conhecimento. Gostaria de me concentrar nas contribuições delas para minha carreira: Sônia Maluf, Debora Diniz e Soraya Fleischer.

Essas três figuras, no meu doutorado (como coorientadora), no meu pós-doutorado (como supervisora) e na UnB (como colega e amiga), respectivamente, têm me provocado a me rever no mundo, não apenas como quem olha o passado, mas como quem espreita um futuro (e mesmo um presente) cindido e, mesmo assim ou por isso mesmo, potente. Nesta condição de mulher situada em um espaço-tempo marcado por questionamentos acadêmicos e um sofrimento que passou a me constituir como sujeito após a morte do meu pai, sobre a qual comentarei a seguir, começo a me



reposicionar no trabalho, especificamente nos meus textos, que começaram a ganhar a primeira pessoa do singular, e até mesmo nas minhas relações pessoais. Trata-se de uma desobediência epistêmica: uma reivindicação de uma voz própria, encarnada e localizada.

Assim, a transição de um campo legalista e hermético para um outro mais plural, ancorado nas práticas sociais e nas demandas populares, ampliou os contornos do mundo para mim, mas os encontros com essas três mulheres, que são referências para mim, e a perda do meu pai permitiram que eu mergulhasse neste mundo, com seus sabores e suas dores mais profundas.

E a Érica orientadora? O que você acha que representa a figura de um orientador ou uma orientadora e que tipo de orientadora você é ou busca ser?

Comecei a dar aulas tendo como modelo a Sônia, que organizava rodas de conversa com suas/seus discentes. Ela permitia que as/os estudantes expusessem suas ideias – um modelo muito diferente do que eu havia vivenciado na escola e na faculdade. A Sônia também mantinha (e mantém) uma relação dialógica com suas/seus orientandas/os. Além disso, ela se faz presente nos trabalhos: lê, corrige e comenta, de modo atento e assertivo, os textos, contribuindo efetivamente para o amadurecimento deles.

A Sônia foi a primeira professora que me mostrou que uma relação de orientação pode ser também de afeto, parceria e crescimento mútuo. No meu doutorado, como coorientadora, acolheu-me em um momento difícil, em que a orientação se traduzia em uma relação de poder e sofrimento. Ao compartilhar comigo as angústias que também havia vivenciado em seu doutorado na França, tranquilizou-me e sustentou comigo a defesa do meu trabalho. Até hoje mantemos juntas grupos de trabalho em eventos científicos, publicações conjuntas de livros, capítulos de livros e artigos, além de conversas sobre questões pessoais.

Como professora e orientadora, procuro construir trocas intersubjetivas e horizontais baseadas nesse exemplo de acolhimento e escuta, mesmo com estudantes que não sejam minhas/meus orientandas/os. Procuro estar próxima nas aulas, nas leituras de trabalhos, lendo-os e corrigindo-os atentamente, bem como na realização de projetos de pesquisa e extensão, de forma a coconstruir com elas/eles esse processo formativo.

Essa relação dialógica que construí com a Sônia, como minha coorientadora de doutorado, se manteve também com a Debora, que foi minha supervisora de pós-doutorado. Ela também cultivava uma relação próxima com suas/seus orientandas/os. Vivenciei presencialmente com ela o que está descrito no livro “Carta de uma orientadora” (Diniz, 2012): estivemos juntas em encontros em cafés, na tarefa de bordar o meu tema de pesquisa e em trocas de conhecimento e afeto que persistem ainda hoje. Foi ela, aliás, que me motivou a fazer o concurso para docente na UnB e,



mais recentemente, me apoiou no credenciamento, como professora permanente, no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB.

Tento ser, portanto, uma professora e uma orientadora que compartilha experiências, leituras, bagagens e conteúdos e, ao mesmo tempo, está aberta a ouvir as vivências das/dos discentes. A hierarquia existe e é própria do cargo, mas procuro construir relações marcadas pelo diálogo, com trocas que permitem a construção conjunta do conhecimento.

A Soraya também é referência nesse sentido porque ela consegue aproximar discentes e colegas em conversas que inspiram partilha e confiança. Ela constrói conhecimento coletivamente: o Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CASC), que ela coordena e do qual faço parte como membro, é um exemplo disso. É este caminho que busco seguir: o de uma docência que se faz com escuta, presença e afeto.

Além disso, a Soraya inspirou-me a revisitar o próprio método de investigação da Antropologia, ofício historicamente marcado pela solidão na análise dos dados e na escrita dos resultados: ela propõe não apenas encontros com suas/seus interlocutoras/es, orientandas/os e colegas, como também inova no desenvolvimento de práticas colaborativas, como pesquisas de campo coletivas, diários compartilhados e obras em coautoria.

A Soraya foi especialmente importante para mim após o trauma que vivenciei decorrente das perdas sofridas na pandemia de covid-19. Ela conseguiu vislumbrar nessa falta dolorosa uma ferramenta para a construção de conhecimento.

O livro organizado por ela e pelo Rodrigo Toniol, “E quando a limonada antropológica azeda?” (Toniol & Fleischer, 2023), inspirou-me a assumir o azedo como sabor tão potente quanto o doce – a admitir que a vida e o saber são alimentos que sossegam, mas também desinquietam. Devo a ela os meus agradecimentos por ter me motivado a seguir em um momento em que eu tendia a me recolher e a questionar o meu próprio caminho.

Então, essas três antropólogas – Sônia, Debora e Soraya –, em momentos distintos, tornaram-se referências de professoras e orientadoras que demonstraram, para usar uma expressão de outra antropóloga, Rita Segato, uma “politicidade feminina”: uma capacidade de tecer relações, criar laços e produzir vida e sentido que se contrapõe a uma lógica hegemônica e masculina, marcada pela hierarquia e pela dominação. Com elas e com as mulheres da minha família, aprendi a entrelaçar força e afeto, conhecimento e cuidado na minha própria trajetória.

Eu queria entender um pouquinho essa relação de atuação e docência na Saúde Coletiva, que às vezes é um campo muito marcado hierarquicamente...

Além das hierarquias que enfrentei na minha carreira por questões de gênero, também permeou o meu percurso o etarismo, tanto por eu ser muito nova em relação aos meus orientadores, quando



discente, quanto em relação aos meus colegas, quando docente. Ingressei no magistério aos 29 anos e precisei afirmar minha competência em diversas circunstâncias em um espaço atravessado não apenas por uma lógica que associa autoridade à masculinidade, como também à idade.

Ainda, mesmo sendo uma mulher branca, sofri xenofobia durante o meu doutorado na França por ser estrangeira. Precisei, por exemplo, defender a manutenção das minhas referências do Sul Global em meu trabalho diante da exigência de alguns professores do apagamento desses saberes. Fui igualmente questionada, na condição de brasileira, quanto à minha capacidade de defender uma tese em francês, que não é minha língua materna – defesa que, ao final, foi conduzida com êxito.

No curso de graduação em Saúde Coletiva, no qual sou professora desde 2012, também foi desafiador romper certas assimetrias porque nele, que é interdisciplinar, há uma hierarquia de campos do conhecimento: acredita-se que as Ciências da Saúde ocupem uma posição de superioridade ou proeminência em relação às Ciências Humanas e Sociais. Então, há um desafio epistemológico constante que nos convoca a conversar e mostrar os nossos conhecimentos, metodologias e especificidades em um campo que é pouco aberto para essas sensibilidades. Ao mesmo tempo, considero que eu e minhas/meus colegas temos jogo de cintura para lidar com essas relações de poder e também para construir alianças.

Queria pedir para você narrar cenas que tenham te marcado, tanto na experiência como discente quanto na experiência como docente, que você gostaria de destacar, que você guarde na memória...

Como docente, uma cena que me marcou ocorreu com um estudante de Enfermagem. Depois de uma aula, ele me perguntou: “professora, então, homossexualidade não é doença?”. Eu respondi: “não”. Então, ele falou: “eu tomo remédio para isso porque minha família é evangélica. Eu sofro muito com isso”.

Depois dessa conversa com ele – nós tínhamos lido alguns textos e feito algumas discussões em sala de aula –, resolvi organizar um seminário integrativo, que é um seminário que envolve toda a FCTS, para discutir sobre questões de gênero e sexualidade. Foi um momento do qual participaram não apenas discentes, mas também docentes, os quais puderam revisitar seus preconceitos e reconhecer os direitos da população LGBTQIAPN+.

Esse estudante, particularmente, ficou tão feliz com o que essas discussões proporcionaram que me agradeceu diversas vezes e, em uma ocasião, me presenteou com uma almofada rosa na qual está escrito: “Diva não dorme, descansa a beleza”. Guardo esse presente comigo. Isso me marcou: pensar como uma aula, conversas ou leituras podem transformar vidas ao deslocar uma questão considerada pessoal para a sociedade e sua incapacidade de acolher a diversidade.



Cada orientação é um aprendizado. Já tive orientandas/os de diferentes áreas – da Enfermagem, da Terapia Ocupacional, da Saúde Coletiva, da Antropologia e do Direito. São sempre trocas de conhecimento. Sempre aprendo muito com as/os minhas/meus orientandas/os.

Como é que você percebe essa relação de afetos nas orientações? Que tipo de emoções podem surgir nessas relações?

Acho que a relação de orientação pode ser uma relação de parceria. Não é todo orientador que assume essa perspectiva; não é todo mundo que considera isso como algo a ser seguido, mas eu procuro ser uma orientadora que é também parceira. E nessa relação de orientação, para além de trocas de conhecimento, eu acho que são trocados afetos. Acho que, em determinadas situações, a gente compartilha alegrias e, em outras, dor.

Pensando em afetos e aprendizados, procuro estimular as/os minhas/meus orientandas/os a considerarem suas próprias vivências em seus contextos de pesquisa. Em uma das linhas de pesquisa que desenvolvo, sobre crime e loucura, uma orientanda de doutorado, Beatriz Figueiredo Levy, por exemplo, que faz sua pesquisa em contexto prisional, foi proibida de acessar o manicômio judiciário existente no estado. Ela ficou apreensiva com a impossibilidade de dar continuidade a seu estudo. Argumentei que essa lacuna também é dado de pesquisa, que esses silenciamentos e interdições revelam algo sobre o campo de pesquisa.

Então, angústias também surgem durante as pesquisas. Procuro incentivar que essas questões apareçam nas reflexões e se materializem nos textos, nas dissertações, nas teses e nos artigos, compreendendo que a construção do conhecimento também envolve atravessamentos afetivos e éticos.

Pessoalmente, por exemplo, eu e a minha família perdemos cinco pessoas na pandemia de covid-19, entre elas o meu tio-avô Antônio, a minha avó Neyde e o meu pai. Especialmente a partida do meu pai foi muito dolorosa e ela produziu em mim uma virada ontológica e epistemológica: o mundo se reconfigurou e, com ele, o meu modo de habitá-lo e conhecê-lo.

Nesse momento, afetos emergiram e transbordaram da dor. Precisei colocá-los no papel, deixá-los vir para a escrita e para as minhas outras atividades. Embora em sala de aula, nas orientações e nos meus projetos de pesquisa e extensão eu já compartilhasse a ideia de que o conhecimento é permeado por intersubjetividades e é sempre coconstruído, fui aprendendo isso verdadeiramente por meio das minhas próprias vivências.

Então, como respostas teóricas a essas dores, ainda presentes, e como modos de compartilhar esses afetos no espaço acadêmico, organizei, com as colegas Sônia, Mônica Franch, Luziana da Fonseca Silva, Rosamaria Giatti Carneiro e Ana Paula Müller de Andrade, duas coletâneas, “Antropologias de uma pandemia: políticas locais, Estado, saberes e ciência na covid-19” (Maluf et al., 2024) e “Políticas do sofrimento: saúde mental e subjetivações em tempos pandêmicos”



(Maluf et al., no prelo). Essas obras buscam reconhecer o sofrimento como uma dimensão social da vida, além de articular o conhecimento científico com saberes locais para repensar a governança e as políticas de cuidados nesta e em novas crises sanitárias.

Também desenvolvi um projeto de pesquisa sobre a pandemia, com uma bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado “Saúde pública e direitos humanos: políticas do Estado e estratégias locais de enfrentamento à pandemia de Covid-19”, para refletir sobre seus efeitos, considerando tanto a atuação do Estado – por meio de políticas de saúde, de cuidados, especificamente de cuidados paliativos – quanto as estratégias locais de enfrentamento à covid-19.

Um projeto de extensão, que é também um ato político, que desenvolvi com docentes e discentes foi a criação do Jardim Sentinela (Figura 1), um memorial físico e virtual em homenagem às vítimas da covid-19. O memorial físico está localizado na UnB, entre a L3 e a Colina, ao lado do Posto Policial Militar. É um bosque com 11 mudas de copaíba. O memorial virtual tem página na internet (<http://www.jardimsentinela.com.br/> [Jardim Sentinela, s.d.]) e também tem um perfil no Instagram (Jardim Sentinela [@jardim.sentinela], s.d.). O objetivo desse projeto é ressignificar simbolicamente as vidas perdidas na pandemia.



Figura 1. Resignificando vidas – Jardim Sentinela/UnB. Fotos: Giovana Barros (extensionista do projeto Jardim Sentinela) e Ivia Maksud (2025).



Finalmente, também estou dirigindo o filme “Nós nunca esqueceremos”, que está em fase de edição, com enlutadas/os sobre morte, luto e memória. Sua realização pode ser acompanhada pelo perfil no Instagram: Nós Nunca Esqueceremos [@nos.nunca.esqueceremos] (s.d.).

A minha vida profissional foi se conformando entremeada pelos fragmentos que me constituíram na minha vida pessoal. A dor e a empatia têm sido caminhos de autotransformação e também de reflexão epistemológica. Os afetos mostraram-se uma ferramenta de transformação profissional e pessoal: eles têm transparecido como possibilidades de reconexão com o mundo.

Nesse movimento, a perspectiva do feminino, entendida não apenas como uma categoria de gênero, mas como uma forma de relação com o mundo, tem aberto caminho para reflexões e práticas mais coletivas, inclusivas e igualitárias. A feminilização pode ser compreendida como um processo que tensiona estruturas hierárquicas, propondo valores ligados ao cuidado e à solidariedade, fundamentais para a efetivação dos direitos humanos, uma abordagem que tenho adotado como professora no curso de graduação em Saúde Coletiva e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB. Essa perspectiva busca ampliar o olhar sobre as minorias, colocando em evidência experiências historicamente silenciadas e valorizando modos de vida que desafiam a lógica excludente dominante.

Tem sido um processo me rever e reposicionar. O luto, essa vivência no gerúndio, vem me acompanhando e permitindo que eu me reencontre profissional e pessoalmente, reconhecendo no cotidiano – nas práticas acadêmicas, políticas e afetivas – a potência de transformar relações de poder e promover um horizonte de equidade nas relações que mantenho.

Sobretudo no campo da Saúde Coletiva que eu acho que é um campo que já mudou muito, mas ainda é muito refratário à escrita das Ciências Sociais...

Quando dou aulas sobre métodos de pesquisa qualitativa e falo sobre a possibilidade da escrita em primeira pessoa do singular, percebo que há muita resistência na FCTS, que é uma faculdade de Ciências da Saúde. Neste semestre, por exemplo, um estudante levantou a mão e perguntou: “professora, posso continuar a escrever na voz passiva ou na primeira pessoa do plural, como em ‘nós observamos’ ou ‘nós constatamos’? Acho muito estranho escrever ‘eu observei’ ou ‘eu constatei’”. Respondi: “a busca por uma suposta imparcialidade é também uma escolha. A neutralidade no/do conhecimento científico é uma ficção. Você pode escrever na voz passiva ou na primeira pessoa do plural, mas saiba que essa é igualmente uma escolha”. Esse é um desafio também no campo da Saúde Coletiva.



Tenho que confessar que, para mim, tendo naturalizado essa relação de ensino-aprendizado muito hierárquica – porque, como mencionei, estudei em escolas que treinavam para o vestibular e reproduzi por muitos anos essa prática –, mudar também o meu posicionamento na relação com os outros e comigo mesma – no meu modo de escrever, por exemplo – ainda é um desafio. Compartilhar saberes, e não apenas transmitir e reproduzir um conhecimento, é um exercício de aprendizado constante.

O artigo “Cartografias em confluências: afetividades emergentes do encontro com a loucura em conflito com a lei” (Quinaglia Silva, 2023), que escrevi para o dossiê organizado por você e pela Jaqueline Ferreira na revista Saúde e Sociedade sobre “Ética e campos sensíveis de pesquisa: afetos, subjetividades e emoções em cena”, e o capítulo “As lutas, o luto: notas sobre o adoecimento, o sofrimento e a morte na pandemia de covid-19”, que será publicado no livro que estou organizando com a Sônia e a Ana Paula sobre “Políticas do sofrimento”, citado anteriormente, foram algumas das minhas últimas contribuições nas quais consegui me situar no texto.

Essa mudança no meu processo formativo, cuja perspectiva me foi oferecida pela Antropologia e pelas vivências que mencionei, representa uma quebra de paradigmas, uma outra leitura do mundo, ainda em construção.

Para finalizarmos, você poderia falar um pouquinho dos espaços que existem ou não existem na universidade para conversar sobre orientação, para apoiar estudantes ou docentes?

Conheço alguns espaços. Na FCTS, há a Coordenação de Articulação da Comunidade Educativa (CoEduca) e a Diretoria de Desenvolvimento Social/Assistência Estudantil (DDS/Assistência Estudantil). A CoEduca implementa ações de prevenção e promoção da saúde e apoio psicossocial no *campus*. A DDS/Assistência Estudantil busca garantir condições de permanência para estudantes em situações de vulnerabilidade. A CoEduca trabalha em rede com outras coordenações da Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU). Na UnB, como um todo, a DASU coordena políticas de atenção à saúde e à qualidade de vida da comunidade universitária.

Tive mais conhecimento sobre a oferta desses serviços durante a pandemia de covid-19 porque foi formado um Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19, e eu fiz parte de um grupo de trabalho de atenção à saúde mental para pensar os efeitos da pandemia sobre a comunidade acadêmica de estudantes, docentes e também técnicas/os. Implementamos diversas ações naquele momento. Organizamos um bate-papo literário, que eram grupos *online* de discussão de



textos de literatura para minimizar o sofrimento gerado pela pandemia. Nesse mesmo sentido, o projeto “Em Cena” era um cine-debate no qual discutíamos filmes de modo a ressignificar a tragédia que vivenciamos. Uma outra frente de trabalho com a qual eu me envolvi foi de redação de cartas para profissionais que estavam na linha de frente, não só profissionais da saúde, mas também coveiros, pessoas que trabalhavam com limpeza urbana, entre outras. Escrevíamos e revisávamos cartas solidárias que recebíamos destinadas a essas pessoas. O jornal local Correio Braziliense chegou a publicar algumas dessas cartas para torná-las acessíveis. A DASU acolheu muitas/os estudantes nessa época.

Acho que tinha que ter mais programas nesse sentido. Sinto falta de mais iniciativas voltadas para docentes também. Como mencionei, passei por essa situação de perdas múltiplas na pandemia de covid-19 e sei que muitas outras pessoas passaram por situações semelhantes.

A própria atuação do Estado na oferta de políticas públicas voltadas à reparação e à memória em atenção às pessoas em luto decorrente da pandemia foi (e é) deficitária. Tenho o privilégio de poder arcar com uma terapia, mas existem muitas pessoas que não podem pagar por um serviço particular. Senti-me desamparada e considero que a população em geral ainda se sente desamparada diante dos efeitos prolongados da covid-19. As minhas iniciativas no ensino, na pesquisa e na extensão tentam transformar essa dor em ato político ao criar espaços de elaboração coletiva do luto e de resistência ao apagamento promovido pelo Estado.

Você poderia escrever mais sobre isso! Eu queria saber se você gostaria de comentar algo que eu não tenha perguntado.

Acho inovador pensar como nossas vivências podem gerar pesquisas, como a que você está fazendo. Para mim, essa conversa foi uma sublimação. Permitiu-me voltar ao passado e repensar minha trajetória. Especialmente sua pesquisa é bem interessante e importante para que tentemos construir relações mais saudáveis, com menos sofrimento – porque existe muito sofrimento, muito adoecimento – no ambiente acadêmico. Então, acho que é importante refletir sobre isso. Parabéns pelo trabalho! E obrigada pelo convite!

Eu te agradeço muito, em meu nome e no de Carla (Guedes) também. Agradeço pela disponibilidade, desde a primeira vez, pela possibilidade de conhecer de perto a FCTS, de conhecer o teu universo de trabalho e a tua história. Essa conversa não se encerra aqui...²

² Nota para leitoras/es: após a entrevista, Érica me levou ao memorial físico do Jardim Sentinela, construído em homenagem às vítimas da covid-19, um dos projetos idealizados por ela e que foi construído coletivamente.



Referências

- Brasil. (2024). Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024: Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14874.htm
- Brasil. (2025). Decreto nº 12.651, de 7 de outubro de 2025: Regulamenta a Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12651.htm
- Diniz, D. (2012). *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. LetrasLivres.
- Jardim Sentinela. (s.d.). *Memorial em homenagem às vítimas da covid-19*. <https://www.jardimsentinela.com.br>
- Jardim Sentinela [@jardim.sentinela]. (s.d.). Instagram. <https://www.instagram.com/jardim.sentinela/>
- Maluf, S. W., Franch, M., Silva, L. M. da F., Carneiro, R. G., & Quinaglia Silva, É. (Orgs.). (2024). *Antropologias de uma pandemia: políticas locais, Estado, saberes e ciência na covid-19* (Vol. 1). Edições do Bosque.
- Maluf, S. W., Andrade, A. P. M. de, & Quinaglia Silva, É. (Orgs.). (no prelo). *Políticas do sofrimento: saúde mental e subjetivações em tempos pandêmicos*. Editora da UFSC.
- Nós Nunca Esqueceremos [@nos.nunca.esqueceremos]. (s.d.). Instagram. <https://www.instagram.com/nos.nunca.esqueceremos>
- Quinaglia Silva, É. (2023). Cartografias em confluências: afetividades emergentes do encontro com a loucura em conflito com a lei. *Saúde e Sociedade*, 32(4), e230453pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230453pt>
- Toniol, R., & Fleischer, S. (2023). *E quando a limonada antropológica azeda?* Zouk.